

EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: CAMINHO PARA A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS

Diana Viturino Santos
Pedagogia- UFS (dianaviturino@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO

[...] uma aluna do 6º ano, negra, (tem por volta de 10 anos) [...] em uma determinada aula sobre a vinda dos africanos para Sergipe disse que não era negra, em alta voz para que todos os colegas ouvissem. Os colegas discordaram, ela ficou irritada. Foi quando eu intervir falando da importância do negro e sua contribuição na história do Brasil- Sergipe; e as heranças deixadas pelos mesmos na nossa cultura. A aluna nesse momento já estava mais calma (não gritava mais), chegou até a se envolver com a aula, exemplificar comidas e palavras de origem negra, mas ainda não se assume enquanto negra, até o presente momento. Em uma aula após essa aluna me perguntou: “tia, eu sou negra?” Eu respondi que ela é quem tinha que responder essa pergunta, por que ser negro não é somente uma questão de cor de pele. E disse a ela que eu era negra!

A aluna ficou em silêncio, e eu dei prosseguimento à aula.

(Relato de uma professora de História, da rede particular de ensino)

Como bem expôs a professora, ser negro ou não, vai além da cor da pele, é identificar-se enquanto negro, sentir-se pertencente a esse grupo racial, orgulhar-se de sua história, de sua cultura.

A experiência relatada por essa educadora ocorre frequentemente no interior das instituições de ensino espalhadas por esse país, milhares de crianças e adolescentes, ao internalizarem a ideia negativa que foi criada sobre o negro e difundida pela mídia e pelos grupos sociais aos quais estão inseridos, como a família, a Igreja, o trabalho e até mesmo a escola, sentem dificuldade e vergonha em se assumir enquanto negros (as). Com isso, o objetivo desse artigo é propor reflexões sobre a importância de uma educação anti-racista na formação identitária de estudantes negros.

A educação, fenômeno presente nos mais variados espaços da sociedade, ocorre nas relações pessoais onde há intenção de ensinar e aprender. Ela também “participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.” (BRANDÃO, 2006, p.10)

Quanto à identidade, existem diversas definições, utilizarei aqui a concepção de Pesavento (2005), segundo essa autora, identidade “enquanto representação social (...) é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento” (p.89) e para Sodré (1999) “a identidade de alguém, de um ‘si mesmo’, é sempre dada pelo reconhecimento de um ‘outro’, ou seja, a representação que o classifica socialmente.” (p. 34). Como já citado, a educação também participa do processo de construção de ideias, portanto, a ideia que criamos sobre nós, a nossa identidade, é também fruto da educação que recebemos.

Assim sendo, se desde que nascem, as crianças negras recebem uma educação que só valoriza a cultura do branco, as características físicas, o modo de falar, de vestir e se comportar e lhes é inculcada uma ideia negativa da população negra, a qual descendem, é de certa forma natural que tenham aversão a esse povo, ou seja, a si mesmo (a), e a tudo que o pertença.

Daí a importância de uma educação anti-racista, que valorize a história e cultura afro-brasileira, na construção, em estudantes negros, de uma identidade “positiva”. É importante destacar que uma educação anti-racista constrói-se a partir da união de toda comunidade escolar, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pais e alunos, todos devem comprometer-se em fazer da escola um espaço de respeito às diferenças e à diversidade.

O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

A escola, apoiada no mito da democracia racial, que sustenta a não existência de racismo no Brasil e que por isso, brancos e negros, possuem as mesmas possibilidades de ascensão econômica e social, evita discussões sobre o preconceito racial e relega a história e cultura afro-brasileira e africana.

Muitos estudos demonstram o quanto o racismo está presente nas instituições de ensino, em suas práticas pedagógicas, nos livros didáticos, nas relações pessoais entre alunos/alunos e professores/alunos.

Para Cavalleiro (2005) “A escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra” (p.12) essas ações têm

provocado a evasão e/ou fracasso escolar de milhares de estudantes negros. Além de gerar nesses indivíduos um processo de total negação de identidade,

é a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático [...] que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana “(MUNANGA, 2005, p. 120)

O livro didático principal, e muitas vezes único, instrumento pedagógico utilizado pelos professores, quase não retrata o negro e quando isso ocorre, é feito de forma estereotipada, caricaturada. O negro é inferiorizado de diversas maneiras, é sempre representado como pobre, feio, sujo, aquele que serve, que é submisso.

Esse material, frequentemente refere-se aos negros apenas remetendo-se à época da escravidão, como se eles não tivessem história, pátria, cultura. E onde aparecem a família, as manifestações culturais e religiosas, os artistas e escritores negros? Esses irão fazer parte de um certo “futuro”, já que nos livros, negros e índios são sempre colocados no passado, eles contribuíram, fizeram, serviram, etc. como se não existissem mais.

O mais preocupante, é que esse, constitui-se muitas vezes na única possibilidade de leitura dos estudantes, que acabam internalizando toda essa imagem negativa representada no livro didático e envergonhando-se de seu pertencimento racial. Os professores devem estar atentos e preparados para fazer uma leitura crítica desse material e propor aos seus alunos que também reflitam sobre os conteúdos apresentados, não sendo meros “consumidores” de idéias preconceituosas.

Um avanço na legislação educacional quanto ao trato das questões raciais nas instituições de ensino foi a aprovação da lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº9394/96) e institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no currículo dos ensinos fundamental e médio das redes pública e particular. Além dessa lei existem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004, que

[...] constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica

do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo á construção de nação democrática. (p.31)

Porém, apesar de todo esse aparato legal, ainda há uma distância muito grande entre as prescrições da Lei e a sua efetiva implantação, muitas escolas continuam a abordar a história e cultura do negro, apenas nas datas “ditas” comemorativas como o 13 de maio (Abolição da escravatura) e o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). Fato que será melhor abordado no tópico seguinte.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

A fim de identificar a existência de ações que contemplem uma educação anti-racista, foram aplicados questionários a professores da rede pública e particular de ensino de Aracaju.

Esse questionário é composto por questões objetivas e uma questão subjetiva, onde é solicitado que os professores (as) narrem alguma experiência que tenha marcado a sua carreira. As questões tratam sobre a formação desse profissional, o racismo na sala de aula, a Lei 10.639/03 e a atitude desse professor ao identificar em seu aluno uma dificuldade em se assumir como negro. A pesquisa foi realizada com 10 professores, que tinham entre 2 e 27 anos de profissão.

Como já foi destacado o professor não é o único responsável em promover uma educação anti-racista, mas ele exerce um papel fundamental, já que na escola é esse o profissional que tem uma relação direta com os alunos e por isso pode identificar com mais facilidade comportamentos preconceituosos e gerar discussões sobre o assunto.

É pertinente ressaltar que a aplicação desses questionários não teve como objetivo apontar possíveis erros nas práticas pedagógicas dos profissionais entrevistados, mas sim propor que esses, que também são fruto de uma educação eurocêntrica e por isso, muitas vezes, possuem uma visão preconceituosa do negro e de suas manifestações culturais e religiosas, reflitam sobre seus métodos e a necessidade de discutir esse tema.

Quanto à formação, a maioria dos docentes declarou que ao longo do curso tiveram oportunidade de discutir sobre o tema, embora, como destacou uma das profissionais, tenham sido discussões superficiais:

As questões de discussão racial no meu curso não foram muito contundentes (na classe prevaleciam debates esporádicos), e no que se refere às disciplinas só cursei (História da África) que em si não levou muito a fundo estas discussões, no mais, como tinha outras áreas de interesse não busquei me especializar nestas questões.

Grande parte dos profissionais que participaram da pesquisa assumiram ter presenciado atitudes racistas nas relações entre os alunos, aproveitado para propor discussões sobre o racismo no Brasil e conscientizá-los sobre a contribuição da população negra na formação do nosso país. Também foram destacados casos em que o professor (a) foi vítima de preconceito.

No seu processo de formação:

Durante todo o período que estive estudando [...], sofri discriminação por parte dos professores e de alguns alunos. As notas eram sempre a menor da sala e quando questionava era acusada de não saber colar. Infelizmente, nunca fui bem recebida quando fazia reclamações no Departamento. Mas hoje, conhecendo a lei, não admito nem sequer um olhar de discriminação. (Professora de Português, da rede pública)

Cotidianamente na sala de aula:

Eu presenciei de um aluno que discriminou o professor, chamando-o de (bosta) por não gostar dele por ser negro, ofendendo de todas as formas. (Pedagoga, da rede particular de ensino)

Com relação à Lei 10.639/03, a maioria dos entrevistados (as) admitiu conhecer pouco essa lei. A referida lei como já citado, torna obrigatório o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana, para o ensino fundamental e médio, da rede pública e particular. Mas como ficou constatado, a maioria dos docentes durante a sua formação admitiram ter pouco contato com o tema, então como ensinar algo que desconhecem?

Após seis anos da aprovação dessa lei pouco tem sido feito, tanto o poder público quanto o privado tem ignorado a sua existência, o que implica na manutenção de uma educação racista, desigual e excludente.

Quando interrogados sobre a atitude que deveriam tomar ao identificar que seu aluno tem dificuldade em se assumir enquanto negro os professores declararam que

conversariam com o aluno e, junto à direção da escola, proporiam atividades que demonstrassem a importância histórica e os legados culturais implantados no país pela população negra.

Embora, como foi destacado por uma professora da rede particular, a escola na maioria das vezes, está mais preocupada em cumprir o calendário escolar, e nesse, a questão do negro nunca está presente:

[alternativa: converso com ele e procuro, junto à direção da escola, propor atividades que demonstrem a importância histórica e cultural da população negra] Embora, muitas vezes a direção da escola tenha se mostrado interessada em apenas cumprir seu calendário anual de atividades e manutenção da carga horária. (Professora de História, da rede particular)

Apesar da pesquisa não ter contado com um número elevado de participantes, foi possível ter uma noção do caminho que tem sido percorrido para uma efetiva educação anti-racista. Embora haja por parte dos profissionais consultados certo empenho em combater o racismo, percebe-se que são ações isoladas, os educadores não contam com um projeto pedagógico que auxiliem no trato a essas questões, que promova junto à comunidade escolar discussões sobre essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma identidade negra “consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro” (MUNANGA, 1986, p.44). Nesse processo de formação identitária o papel da escola, como responsável pela educação formal é fundamental, porém como foi destacado ao longo do texto, as instituições de ensino, conscientemente ou não, reforçam uma idéia negativa sobre o negro, o que faz com que crianças e adolescentes desprezem e envergonhem-se de sua origem.

O preconceito racial faz-se presente na escola e precisa ser combatido, essa instituição deve se desprender dessa lógica de segregação racial tão enraizada em nossa sociedade, que sustenta a desigualdade e o preconceito racial. É necessário que as discussões sobre o racismo e as relações raciais “entrem” na escola, que a história dos negros, suas manifestações culturais e religiosas sejam tratadas com a dignidade que lhes é

devida, que crianças e adolescentes, negros ou não, saibam da importância desse povo na formação do nosso país.

Por fim, destaco a importância de um pequeno gesto na construção de uma educação anti-racista, a não omissão, a “quebra” do silêncio. Quebrar o silêncio significa não se calar diante de situações de racismo, fazer da escola e da sociedade em geral um lugar de respeito à diversidade racial, social e cultural presente em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, MIRIAM; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O. U de 10/01/2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP1/2004. Seção 1, p. 11. D.O.U. 22 de junho de 2004.

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Disponível em: <http://www.ideario.org.br/realizacoes/neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2009.

LIMA, Maria Batista. Práticas pedagógicas e identidades étnicas. In: Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03. MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice (org.). São Cristóvão: UFS, 2007.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____ *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do Negro na sala de aula. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: História & História Cultural. 2 ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

TELLES, Edward Eric. Discriminação Racial. In: Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Trad. Ana arruda Callado; Nadjed Rodrigues Marques; Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.